

Hoje a cúpula do PMDB vê o texto

Bernardo Cabral leva a Ulysses, no Planalto, esboço da Constituição

Em primeira mão, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e os líderes do partido discutem hoje com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB/AM), o esboço do substitutivo que só será submetido às lideranças dos demais partidos no dia 20, quinta-feira. O senador Fernando Henrique Cardoso — um dos relatores adjuntos — afirma que serão levadas ao Presidente da República em exercício, na qualidade de Constituinte, apenas "algumas ideias sobre os principais pontos polêmicos já definidos". O texto final — assinalou — só será apresentado na quinta-feira, para ser negociado com todos os partidos. "Teremos hoje apenas uma conversa informal", disse.

Durante todo o final de semana, a equipe de relatores trabalhou na finalização do "boneco" do substitutivo. Ontem, o título que tomou a maior parte do tempo das discussões foi o que trata da Organização dos Estados e Municípios, Tributação e Administração Pública, ficando por último a parte do Poder Judiciário. Mas pontos polêmicos como conceito de empresa nacional, reserva de mercado e política de comunicação já haviam sido definidos. Alguns pontos foram preservados como no texto do atual projeto constitucional, outros tiveram nova conceituação a partir das várias propostas de substitutivo que estão sendo analisadas. As emendas de plenário — cerca de 20 mil — praticamente estão sendo ignoradas. "Só estamos analisando as emendas com propostas relevantes", confirmou o senador Fernando Henrique Cardoso.

CONSELHO

Até agora, de acordo com o senador paulista, a maior fonte de aproveitamento para a elaboração do novo substitutivo, tem sido o texto denominado "Hercules", do grupo coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR), integrado ao texto do grupo "Consenso".

Emendas são ignoradas

O regimento interno da Constituinte prevê que cada proposta de emenda popular pode ser defendida durante 20 minutos em plenário, por qualquer um dos 30 mil cidadãos que a subcreveram, previamente indicados à Comissão de Sistematização. Este preceito regimental, entretanto, muito pouco ou quase nada valerá, já que o prazo aberto para realização de sessões específicas de defesa destas emendas só começa no dia 25 de agosto, dois dias após a entrega do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) à Mesa da Constituinte. As cerca de 20 mil emendas encaminhadas pelos constituintes também serão praticamente ignoradas. No dia 13, quando encerrou o prazo de entrega destas emendas, a equipe de relatores chefiada por Bernardo Cabral já se encontrava em adiantada fase de elaboração do substitutivo.

Anistia interrompe escalada da direita

A. C. SCARTEZINI Repórter Especial

A anistia que o presidente Sarney pediu em projeto ao Congresso para os acusados de participação na agressão à sua pessoa no Rio de Janeiro, no último 25 de junho, contribuiu para consolidar a suspensão na conspiração instalada contra o seu governo no primeiro semestre do ano. "Agora está tudo parado, com tendência a apoio a José Sarney", avaliou no final da semana um empresário civil envolvido na conspiração.

A paralisação no movimento começou logo depois de 25 de junho, quando seus protagonistas envolveram-se na agressão ao presidente em parceria com setores organizados da esquerda, como o PT e o PDT, e com a colaboração ainda de pessoas que passavam pelo centro do Rio e foram atraídas à manifestação.

Foi o lance mais ousado, até então, do movimento de direita com ramificações entre militares da ativa e da reserva que começou a se manifestar publicamente em junho mesmo, no dia 13, com a celebração de uma missa em memória do brigadeiro Eduardo Gomes que serviu para que o próprio grupo identificasse seus aliados.

de Euclides Scalco. As emendas populares também ficarão de fora deste primeiro "boneco", já que só começarão a ser analisadas pelos relatores a partir desta semana.

Dos pontos já definidos para o substitutivo, faz parte das propostas do "Hercules", por exemplo, o novo conceito de empresa nacional, que ganhou nova redação, acentuando as diferenças entre definição de "empresa nacional" e "empresa nacional de capital estrangeiro". Segundo Fernando Henrique Cardoso, é uma fusão do texto do senador Severo Gomes (PMDB/SP), relator da Comissão da Ordem Econômica, com sugestões do deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ).

Será considerada empresa nacional, no substitutivo, "a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País".

Uma das novidades anunciadas ontem pelo relator-adjunto Fernando Henrique Cardoso refere-se à política de Comunicação. A polémica criação de um Conselho de Comunicação para participar da liberação de concessões de canais de rádio e TV será mantida, mas o Conselho funcionará como um órgão vinculado diretamente ao Congresso Nacional, composto por representantes da sociedade, indicados pelo Executivo e Legislativo. Assim, nem o Congresso terá a função de referendar as concessões, que continuarão sendo competência exclusiva do Executivo. Terá o Legislativo apenas o direito de veto às indicações do Executivo. A proposta é do deputado Antônio Britto (PMDB/RS).

Outras questões consideradas polêmicas, como reserva de mercado e exclusividade de verbas da União para escolas públicas continuam como no projeto atual, sem modificações.

— "Só estamos analisando as emendas com propostas relevantes", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), um dos relatores adjuntos que vêm se trancando no 24º andar do inacessível prédio sede do Banco do Brasil para a elaboração do novo texto constitucional.

Quando às quase 100 propostas de emendas populares, ele garantiu que serão analisadas com mais cuidado esta semana, para ver o que pode ser aproveitado no "Cabral II", o segundo substitutivo já emendado que irá ao plenário em setembro. "Este texto que vamos apresentar no dia 23 será apenas um boneco. Ficarão abertas as emendas populares", afirmou o senador.

plano era uma bandeira para a agregação do grupo.

Veio então o planejamento de alguma coisa mais ampla para testar a formação de um movimento popular contra o governo e a própria capacidade de regime de transição política em suportar a investida. Era a mobilização carioca de 25 de junho, que poderia se alastrar a outros estados a começar por São Paulo.

O núcleo original do movimento estava no Rio, sobretudo junto a pessoas da Aeronáutica, que oferece duas vantagens em relação ao Exército e à Marinha: possui líderes internos expressivos no serviço ativo, e mantém praticamente intacto o seu serviço de informações, em torno do qual se unem seus militares mais radicais.

REAÇÃO

A repercussão negativa do 25 de junho, porém, não estimulou a expansão do movimento, que se recolheu para avaliação dos seus passos seguintes. Na avaliação, verificou-se a falta de lideranças em condições de sustentar o movimento em desafio aos chefes hierárquicos, sobretudo no Exército, o mais importante setor para a sua expansão.

Depois, a disposição do governo em paralisar a apuração de participações no 25 de junho contribuiu para suspender o movimento. "A suspensão do movimento é uma maneira de deixar claro que também demos uma chance ao governo", justificou-se, em avaliação deste fim de semana, a interrupção do movimento face à anistia.



Ulysses despede-se de Sarney e assume tetrapresidência mais preocupado com a Constituinte

Sigmaringa: Aliança só existe para Aparecido

"Que Aliança Democrática? Ela só existe na concepção do governador José Aparecido", declarou ontem, em tom irônico, o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), coordenador da Bancada do PMDB do Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte. O parlamentar lamentou a escolha pelo governador de pefelistas e peemedebistas conservadores para a composição de seu secretariado.

Ligado à esquerda peemedebista, Sigmaringa admitiu que poderá vir a deixar o PMDB após a promulgação da Constituição. Por enquanto, garantiu, estamos discutindo o assunto com as bases, mas sei de alguns parlamentares que também estão com a mesma preocupação. O deputado explicou que "ou o PMDB se reencontra com sua história, sua luta, ou, muito possivelmente, ficará só com direita que nele milita".

— Não tenho o nome. O perfil evidentemente, é o de um candidato progressista, de centro para a esquerda — porque parece que essa foi a posição do eleitorado da capital nas eleições passadas. Agora, com relação a nomes, eu não vejo nenhum. Confesso que não há no momento, nome forte, mas ainda há tempo para pensarmos nisso. O lançamento agora de um nome, só serviria para tumultuar a atuação dos parlamentares brasileiros na Constituinte.

— Acha o senador Maurício Correa (PDT-DF) um nome forte para concorrer ao posto?

— Eu estaria mentindo se dissesse que não. Afinal o senador foi eleito numa eleição majoritária como o candidato mais votado. Mas a política é um processo dinâmico. Hoje ele é um nome forte, mas amanhã pode não ser tão forte assim.

— É possível uma coligação PMDB/PFL para disputar a eleição para o governo local?

— Eu não reconheço essa Aliança Democrática, sobretudo aqui no DF. A verdade é que as bases dos dois partidos nunca se entenderam. Jamais conversaram. E se as bases não se entendem, não há como falar em Aliança Democrática.

Acho que a Aliança Democrática acabou há muito tempo. E os fatos vêm demonstrando isso. O Governador do DF elegeu como base de sustentação política de seu governo a Aliança Democrática. Ele fez isso porque este tem sido o comportamento do Governo federal. E afinal de contas, ele não poderia agir de outra forma. Sobre tudo, se considerarmos que seu cargo é de confiança do Presidente da República. E se o Presidente considera a Aliança Democrática, ainda que dando preferência ao PFL, o Governo do DF tem de fazer a mesma coisa.

Aparecido demonstrou isso na recente reforma do secretariado. E mais do que isso, mostrou que deu preferência ao PFL. Eu até diria que o Governo do Distrito Federal é mais Frente Liberal do que PMDB.

— O seu grupo já está se preparando para garantir presença no próximo Diretório Regional?

— Você me faz uma pergunta que, em outra época eu responderia com muita facilidade. No período do PMDB histórico, o da resistência democrática, houve um momento em que essas disputas não existiam, ainda que com algumas divergências políticas e ideológicas entre os grupos. A verdade é que o PMDB do DF, da época, talvez porque não tivesse existência legal, essas coisas que compunham com mais facilidade. De repente, o PMDB passou a ter vida legal e entrou numa disputa eleitoral. Com isto o partido inchou.

Ulysses não teme greve geral de 5ª

Se a estabilidade no emprego for adotada no País, será estabelecido um regime de trabalho que se choça com as atuais condições do mercado, disse ontem o presidente em exercício Ulysses Guimarães. "A estabilidade é um tema difícil e complexo porque está se procurando introduzir considerações modernas de segurança", acrescentou Ulysses.

As declarações foram feitas pouco depois do embarque do presidente José Sarney, às 8h30 da manhã de ontem, para o México. Pela sétima vez ocupando interinamente a chefia do Governo, Ulysses disse que, além dos compromissos que terá como Presidente, continuará acompanhando os entendimentos na Constituinte.

GREVE

Ulysses Guimarães disse que a greve marcada pela CGT e CUT para o próximo dia 20, quinta-feira, é um direito do trabalhador e "desde que ela se faça sem prejuízo da ordem pública, é um direito do trabalhador fazê-la".

Na Base Aérea, onde embarcou o presidente José Sarney, que viajou para o México, Ulysses Guimarães não quis entrar em detalhes sobre o movimento dos trabalhadores, que vai ser realizado exatamente no último dia de sua interinidade na Presidência da República, mas, amanhã, receberá o ministro da Justiça, Paulo Brossard, o único que consta da agenda, de despacho, com quem certamente discutirá o assunto. Também na conversa entre os dois serão abordadas as denúncias contra o Conselho Indigenista Missionário.

Exército já atento para evitar caos

O Exército se encontra permanentemente preparado para exercer suas missões constitucionais, que são a defesa da lei e da ordem, em qualquer circunstância e locais do território nacional, afirmou ontem o oficial-general, em Brasília, ao ser questionado sobre se o Exército mantém um esquema de segurança, de pronto-emprego, no caso de deflagração de uma greve dos trabalhadores de âmbito nacional, previstas pelas organizações sindicais CUT e CGT para o próximo dia 20.

Segundo a mesma fonte, nas áreas do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a eclosão de movimentos grevistas vem ocorrendo com mais frequência, as unidades de tropa das Forças Armadas, permanecem de prontidão a partir da véspera da realização do movimento paredista.

Os órgãos de informações do Governo, prevêem uma reduzida paralisação. "No máximo 35% dos trabalhadores nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro".

Em Brasília, sede dos três Poderes, o esquema pode ser acionado imediatamente, mas as corporações militares não mantêm todo o seu efetivo de prontidão. O Batalhão de Polícia do Exército, com cerca de 1.500 homens altamente adestrados para pronto-emprego na dispersão de tumultos de rua, será a primeira unidade acionada, mesmo assim em caso de emergência, quando as polícias militares e civil se julgarem impotentes na manutenção da ordem pública.

Decepção popular com a nova Constituição

ARICUNHA

A Constituinte, da qual tanto esperávamos, está sendo, a grosso modo, para o País, uma deprimente decepção. E certo que 20 anos de obscura dependência do governo central não podem dar ao povo o caminho certo para a escolha dos seus representantes.

Mas há outra verdade: para a Constituinte é o espelho exato do nosso povo, o que é uma constatação até certo ponto deprimente.

Há os luminares, os cultos, os entendidos, mas são deprimente minoria. A grande maioria dos deputados e senadores quer impor seu nome ou seu trabalho na Constituição, e saem, daí, as verdadeiras aberrações, como o homem sendo igual à mulher menos na concepção e no "amamentamento"; semana de quarenta horas para quem precisa trabalhar sessenta e fazer o País crescer; direitos humanos para os criminosos, e não para a população.

O que se observa, até o momento, é que todos os Constituintes, com exceção da minoria culta, só pensou, até agora, em direitos, sem quem ninguém tenha falado qualquer coisa sobre os deveres, principalmente dos trabalhadores. Se a lei estabelece somente os direitos, esquecendo os deveres, está sendo feita pela metade, com toda a demagogia.

A coisa chega a tal ponto que, outro dia, na televisão, um líder trabalhador decepcionou os constituintes bajuladores e disse que o que eles estavam fazendo era demagogia, e não aquilo que a força-tarefa desejava.

Podem-se entender que o homem brasileiro não precisa de tanta proteção. O que ele quer mesmo é ter trabalho para desenvolver a sua vida, ter condições de vida, mas ele mesmo entende que isso não se consegue através de lei, mas de trabalho.

De nada vale um deputado ou senador fazer uma lei dizendo que todas as crianças do Brasil terão direito a uma vida farta e confortável, se a sociedade não se dispõe a isto. E o pior é que a sociedade não se nega, mas são as próprias condições do País que não permitem.

Para se reerguer um país, seus filhos terão que trabalhar não doze, mas até dezesseis horas por dia. Só assim a vida poderá melhorar.

O que se teme é que a votação da Constituição venha a ser um fracasso, e o resultado não ofereça uma lei máxima deficiente, inócua, longa e impura.

Constituinte não é mercadoria que se compra à força. Portanto, teremos que ficar com a que nos oferecerem, o que não nos dá boa previsão. Veja-se, por último, a demagogia das emendas populares, que exigem trinta mil assinaturas, mas a própria Constituinte não tem condições de chegar à procedência.

Uma lástima, elegez tanta gente e depois receber toneladas de papéis inúteis como reforço do que não nos vai oferecer o melhor.

Sessão de domingo, a mais fraca do ano

"Nossa presença aqui é quase simbólica", disse esta manhã o deputado Mário Lima (PMDB-BA), aos doze constituintes que formavam o plenário de mais uma sessão dominical da Assembleia Nacional Constituinte — para a qual inscreveram-se apenas seis oradores. Foi uma das sessões mais fracas da Constituinte.

Lima falou no horário reservado às lideranças partidárias e criticou a formação de "grupos paralelos" para o preparo de textos constitucionais, afirmando que estas frações do Parlamento não escreverão "a Constituição que o povo quer". "Acho que estamos caminhando para eleições gerais em todos os níveis", afirmou o deputado baiano, para quem esta pode vir a ser a única forma de evitar "que o povo se rebelde contra nós".

Também no horário de lideranças, o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) criticou a viagem do presidente Sarney ao México, classificando-a como "de recreio". Se antecipadamente admite-se que "não há o que tratar", não existem motivos para a divulgação de uma declaração ao exterior.

PLEBISCITO

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) defendeu o plebiscito para os temas mais polêmicos da Constituinte — citando o sistema de governo e mandato de Sarney — e o referendo para o texto final. Ele fez críticas a diversos pontos do projeto atual, como a questão urbana, encarecida apenas "timidamente", o monopólio estatal do petróleo, que é estendido aos contratos de risco, e o papel das forças armadas, quase inalterado até este estágio.

Salomão: empresa nacional vai sumir

A conversão de parte da dívida externa do País em capital de risco, somada ao descalço para com a empresa nacional constante do atual anteprojeto da nova Constituição fará com que, dentro dos próximos dez anos, desapareçam completamente do cenário brasileiro as médias e grandes empresas nacionais. Os prognósticos são do deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que vai promover na próxima semana uma série de novos contatos com parlamentares de diversos partidos, para tentar mais uma reação organizada no Congresso contra o lobby das multinacionais.

Segundo o deputado Luiz Salomão, a prevalência do quadro atual, num curto prazo, a burguesia nacional será reduzida à condição de sócio minoritário em todos os importantes negócios realizados no País, ocupando-se apenas de setores de baixa relevância econômica.

MINERAL

O parlamentar também defende uma mudança profunda na atual legislação

rendo para o texto final. Ele fez críticas a diversos pontos do projeto atual, como a questão urbana, encarecida apenas "timidamente", o monopólio estatal do petróleo, que é estendido aos contratos de risco, e o papel das forças armadas, quase inalterado até este estágio.

Adhemar de Barros Filho também se mostrou preocupado com a ausência de parlamentares às sessões — a de ontem foi uma das mais fracas desde o início da Constituinte —, mas se mostrou esperançoso de uma atividade mais intensa a partir do recebimento das emendas de mérito, as que realmente podem alterar o conteúdo de artigos, que serão entregues até o dia 25.

Afora isto, ainda no horário reservado às lideranças, o deputado Oswaldo Bender (PDS-RS) pediu a liberação de verbas para o pagamento do abono salarial aos aposentados, que foram tema também de um dos inscritos para o pinga-fogo, o deputado José Luiz de Sá. Chico Humberto (PDT-MG) fez a defesa da revisão territorial e, mais especificamente, da criação do Estado do Triângulo. Raquel Capibere (PMDB-AP) falou sobre os direitos dos trabalhadores e acusou parte dos constituintes, sem citar nomes, de estar no Congresso defendendo interesses próprios ou de grupos.